

No dia dois de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 14h30, reuniu-se, virtualmente, o Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Belo Horizonte, com a participação dos Conselheiros Adriana Soares de Oliveira, Breno Serôa da Motta, Fernanda Valadares Couto Girão, Maria Consuelita Oliveira, Roberta Hygino Roletti Zimmer e Thiago Augusto de Carvalho Cruz. Pela Subsecretaria de Gestão Previdenciária – SUPREV, Unidade Gestora Única do RPPS-BH, participaram Camila Mariana da Cruz Gomes Coutinho, ex-Diretora Central de Gestão de Contas Previdenciárias, a atual Diretora Central Giselle dos Santos Rodrigues Martins, e Rodrigo André de Almeida, Assessor de Investimentos e Estudos Atuariais. A partir do que se listou a ordem do dia: receita, despesa, patrimônio e balancetes, apresentação e aprovação dos relatórios mensais dos investimentos dos meses de maio, junho e julho; apresentação da metodologia ALM; apresentação e aprovação da alteração da Política de Investimentos 2025; premissas atuariais. Camila Coutinho, a pedido de Rodrigo André de Almeida, solicitou que os trabalhos fossem iniciados pela apresentação do relatório de investimentos. Os presentes manifestaram anuência e, na sequência, Rodrigo André iniciou informando que os tópicos “apresentação da metodologia ALM” e “premissas atuariais” seriam apresentados em reunião posterior ou, se necessário, em reunião extraordinária, com concordância de todos os conselheiros. Na sequência, o Rodrigo deu continuidade com a apresentação do Relatório de Investimentos, destacando que apresentaria o relatório mais recente por constar os valores acumulados de patrimônio e performance da carteira de investimentos mas que caso alguns dos conselheiros tivessem dúvidas ou questionamentos a fazer estaria a disposição para esclarecer antes da deliberação dos mesmos, referente ao mês de julho de 2025, o patrimônio consolidado do BHPREV alcançou o montante de R\$ 3.878.131.891,08 em 31/07/2025. A carteira manteve concentração em títulos públicos federais (NTN-B e LTN), que representaram 90,86% do total, em consonância com a Política de Investimentos vigente e a Resolução CMN nº 4.963/21. A rentabilidade consolidada no mês foi de 0,81%, superando a meta de 0,74%. No acumulado de 12 meses, a rentabilidade nominal atingiu 11,12%, contra 10,84% da meta atuarial. Ressaltou-se que o desempenho positivo foi impulsionado pela valorização dos fundos multimercado e BDRs (S&P500), que registraram retornos de 3,06% e 5,47%, respectivamente, enquanto os fundos Vértice (NTN-B) apresentaram desvalorização de 0,60% em razão da abertura da curva de juros. No período, registrou-se o ingresso de aproximadamente R\$ 40,9 milhões, oriundos das contribuições previdenciárias do mês, aplicados inicialmente no fundo Bradesco FI Referenciado DI Premium, com posterior aquisição de NTN-B. Ainda no mês, houve o regate no fundo Bradesco FI Referenciado DI Premium e posterior compra de NTN-B com vencimento em 2060, à taxa de 6,9776% a.a. no valor aproximado de R\$ 38,3 milhões, conforme deliberação do Comitê de Investimentos. Houve ainda resgate de R\$ 1.145.921,65 para cumprimento de chamada de capital, integralizada no fundo Pátria Private Equity VII Advisory FIP Multiestratégia e no fundo Vinci Capital Partners IV Feeder B FIP Multiestratégia. O Comitê de Investimentos ressaltou que a estratégia de alocação permanece alinhada ao processo de imunização e ao fluxo atuarial do RPPS-BH, considerando que as exigibilidades de pagamento de benefícios previdenciários concentram-se apenas a partir de 2046. Destacou, ainda, que a carteira apresenta performance consistente, aderente à meta de rentabilidade definida na Política de Investimentos vigente, assegurando a solvência e a transparência na gestão dos recursos. O Parecer do Comitê de Investimentos, referente à reunião realizada em 18/08/2025, consta como Anexo I desta ata. Após os esclarecimentos, entendeu-se

que já havia condições de deliberar e todos os conselheiros aprovaram os relatórios de maio, junho e julho. Em seguida, foi apresentada a análise realizada pelo Comitê de Investimentos sobre a proposta de alteração da Política de Investimentos 2025 encaminhada pelo Conselho de Administração. A proposta tinha principal objetivo ajustar os limites de alocação, especialmente em renda variável. Na política vigente, o limite para ativos de maior risco era de 25% para renda variável e 15% para ativos de mercado de acesso, adotando-se postura mais conservadora. A proposta revisada reduziu ainda mais esses limites, fortalecendo a natureza conservadora da carteira. O bloco de renda variável passou a ter limite máximo de 5%, abrangendo fundos de ações. A alocação em investimentos no exterior foi zerada, e os limites para FIP foram reduzidos para aproximadamente 2%, com teto de 5%. O objetivo central foi garantir maior segurança e oferecer ao Conselho melhor ferramenta de controle. Optou-se por não estabelecer limite mínimo para as estratégias de maior risco, uma vez que entendeu ser mais prudente poder ter a possibilidade de zerar posições de maior risco a critério da análise técnica do Comitê de Investimentos. O limite inferior foi fixado em 85% para os títulos públicos. Após os esclarecimentos, foi deliberado e aprovado pelos conselheiros. Na sequência, Camila apresentou os resultados referentes à massa de segurados. No Fundo Financeiro, fechou-se o mês de agosto com mais de 3 mil pensionistas e 19.893 aposentados, mantendo a média dos exercícios anteriores, além de 14.858 ativos. Observou-se que o fundo continua em crescimento no número de aposentados. Já no BHPREV, ao contrário do comportamento típico de massa fechada, há atualmente 18.896 ativos, 315 aposentados e 110 pensionistas, demonstrando uma base significativa de contribuintes no fundo previdenciário. Em relação à arrecadação do Fundo Financeiro, o acumulado até agosto é de R\$ 487 milhões, valor que se mantém próximo da estimativa anual de R\$ 795 milhões. Ressaltou-se que, apesar da antecipação do pagamento do 13º salário, a receita referente à contribuição do 13º somente é registrada ao final do exercício. Também se destacou que o realizado superou as estimativas em função da entrada de receitas provenientes do pagamento de cupons de títulos públicos, inicialmente não considerados na projeção. No BHPREV, a arrecadação segue padrão semelhante: grande parte da receita decorre das contribuições previdenciárias dos servidores ativos, seguida da remuneração das aplicações financeiras. Foi enfatizado que, a partir de 2025, conforme já informado em reuniões anteriores, qualquer rendimento positivo das aplicações passa a ser registrado diretamente como receita orçamentária no exercício. Dessa forma, nos meses de pagamento de cupons — especialmente fevereiro, agosto e novembro — há aumento expressivo das receitas orçamentárias de remuneração de investimentos. Na sequência, foi apresentada a execução das despesas. A despesa liquidada do FUFIN até agosto de 2025 totaliza aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, referente a aposentadorias e pensões, valor próximo ao estimado para o exercício. A média mensal de despesas é de cerca de R\$ 160 milhões. Os reajustes retroativos ainda não impactaram a execução e deverão aparecer a partir de setembro. No BHPREV, 75% das despesas correspondem a aposentadorias e 25% a pensões, totalizando R\$ 11,4 milhões em benefícios pagos no período, incluindo o pagamento antecipado de metade do 13º benefício. Quanto à taxa de administração, a maior parte já foi executada, contemplando folha de pessoal, contratos, condomínio, manutenção de sistemas e despesas operacionais. Em seguida, foi apresentada a posição financeira consolidada do BHPREV em 31 de agosto de 2025, com disponibilidade total de R\$ 3,958 bilhões, incluindo as aplicações referentes à taxa de administração. As aplicações de liquidez imediata somam R\$ 136 milhões, cujos rendimentos integram a receita orçamentária

do próprio exercício. Também foram apresentados, de forma sintética, os balancetes do FUFIN e do BHPREV incluindo registros de disponibilidade para pagamento das folhas subsequentes, contribuições previdenciárias a receber, itens de imobilizado, créditos decorrentes de devolução do superávit da taxa de administração de 2024 e demais informações contábeis. Nada mais a ser tratado, eu, _____ Giselle dos Santos Rodrigues Martins, BM 106113-3, lavro a presente ata, a ser aprovada por meio eletrônico pelos Conselheiros após leitura. Belo Horizonte, 02/10/2025.

Adriana Soares de Oliveira

Breno Serôa da Motta

Fernanda Valadares Couto Girão

Maria Consuelita Oliveira

Roberta Hygino Roletti Zimmer

Thiago Augusto de Carvalho Cruz

ANEXO I**Parecer Comitê de Investimento¹ - Reunião 18/08/2025**

Relatório de Investimentos: A rentabilidade consolidada da carteira para o mês foi de 0,81%, enquanto a meta para o período foi 0,74%. A rentabilidade nominal acumulada dos últimos 12 meses foi de 11,12% contra um valor de 10,84% da meta para o mesmo período. Esse resultado mensal teve como principais influências a valorização dos investimentos em fundos Multimercado e BDR (S&P500) apresentaram rentabilidade positiva de 3,06% e 5,47% respectivamente, influenciado pela recuperação do índice S&P500 e valorização do dólar no mês de julho. Os fundos Vértice (NTN-B) apresentaram desvalorização no mês de 0,60% devido a abertura da curva de juros das NTN-Bs e a marcação a mercado desses fundos. Além disso, observa-se variação positiva para a Carteira de títulos públicos composta por LTN e NTN-B, correspondendo a 90,82% da carteira de investimentos, com rendimento no mês de março de 0,79% e de 1,21% respectivamente- acima da meta para o mesmo período de 0,74%. A carteira apresenta performance alinhada com o processo de imunização e aderente a meta de rentabilidade definida na Política de Investimentos 2025. Decisão de investimentos: Para os investimentos foram respeitadas as diretrizes previstas na Política de Investimentos 2025, considerados os seguintes pontos: (I) a análise da estratégia de alocação; (II) o ingresso de, aproximadamente: R\$ 39,7 milhões para as contribuições do mês de agosto e de aproximadamente R\$ 65,5 milhões para os cupons de juros; (III) a redução do spread entre as taxas dos Títulos Públicos LTN e NTN-B, com as LTN apresentando, no momento, taxas menos atrativas; (ii) as diretrizes previstas na Política de Investimentos 2025, (iii) a análise da estratégia de alocação; (iv) o cenário macroeconômico e político; e, (v) a aderência ao estudo de ALM do BHPPrev; (IV) do momento oportuno para aquisição de títulos públicos com taxas reais superiores à meta de rentabilidade foi proposto a compra de títulos públicos. Dessa forma, o Coinv decidiu por aplicar em NTN-B valor referente às contribuições de aproximadamente R\$39,7 milhões no vencimento 2045 e o valor referente aos cupons de aproximadamente R\$ 65,5 milhões no vencimento 2060. Os recursos permanecerão aplicados em fundo DI até a liquidação.

¹ Parecer do Comitê de Investimentos, constante do Relatório Mensal de Investimentos do RPPS-BH, referente ao mês de julho de 2025, decorrente da reunião realizada em 18/08/2025.